

## A DESCONTINUIDADE DO DIÁLOGO COM A CRIANÇA AUTISTA E SUAS IMPLICAÇÕES

Severina Sílvia Ferreira

Resumo: A finalidade do trabalho é mostrar que os diálogos construídos na relação da criança autista com o outro revelam uma constante descontinuidade, favorecendo a produção de um sistema relacional autístico. Com base na noção de “diálogo vivo”, são examinadas, segundo uma perspectiva interacionista, tanto as respostas como as expectativas de respostas apresentadas pelos potenciais falantes e ouvintes. É revelador do sistema relacional autístico a ausência de expectativa de resposta: inexistência de provocação, pressentimento, espera. Por outro lado, não há resposta ativa: contraditória, confirmadora, retificadora. A análise do desdobramento de uma seqüência de eventos produzidos por uma criança autista e o outro do seu entorno vai mostrar que frequentemente os diálogos, quando iniciados, são formados unicamente pelo primeiro par de turno de fala, não chegando a se constituir uma dialogicidade composicional ou interna. Com a retirada do outro do sistema de relações, acarretando a impossibilidade de reversibilidade de papéis, esses níveis dialógicos não são atingidos e se perdem as condições para produção de ações significativas encadeadas e, concomitantemente, para emergência do sujeito de linguagem.

Este trabalho tem como ponto de partida a noção de M. Bakhtin (1998:86 e 89) sobre “diálogo vivo”, cuja produção depende ao mesmo tempo do objeto sobre o qual o discurso versa e da resposta fatalmente esperada. Essa concepção pode nos ajudar a pensar em que termos se coloca o elemento “resposta” nas interações entre a criança autista e o outro do seu entorno.

Bakhtin (1997), tratando da relação autor-herói na obra literária, com o objetivo de mostrar como se constroem estas figuras, parte da análise das relações interpessoais, ressaltando o papel do outro na organização do ser humano como um todo<sup>1</sup>. Assim ocorre a relação entre os humanos, ele nos diz: contemplando o outro, verei e saberei algo que ele próprio, em face da posição que ocupa, não pode ver e conhecer. Tendo em vista o lugar em que me situo, lugar que sou o único a ocupar no mundo, vejo algo que o outro não pode ver. Esse algo, denominado por Bakhtin de excedente, corresponde ao que consta de minha visão (**interna** e externa) de meu conhecimento a respeito do outro e que ele desconhece.

Além do lugar em que me encontro, determinam esse excedente o instante e as circunstâncias que circunscrevem meu ato de contemplação. Esses atos contemplativos, cujos componentes tendem a uma constância estável, complementam o outro onde ele não

---

<sup>1</sup> Considero ser humano no sentido em que o traz J. Lacan (1998), de ser de fala ou “falasser” (*parlêtre*).

pode fazê-lo. Caracterizam esses atos de contemplação, além de sua constância e estabilidade, o fato de serem **ativos e produtivos**. Seu objetivo é unificar e ordenar o dado representado pelo outro. Daí Bakhtin (1997) classificá-los de atos propriamente estéticos, posto que é através do excedente da minha visão que se constitui a forma acabada do outro.

A vivência interna do corpo distingue-se de um reconhecimento de seu valor externo, vindo do outro como uma dádiva. Só posso obter o valor externo de meu corpo através do outro. Para Bakhtin (1997), são os atos de atenção e de amor que vêm do outro que operam o reconhecimento de meu valor, modelando o valor plástico do corpo exterior. Os atos destinados pelo próximo, inicialmente pela mãe à criança, a determinam: a criança e ao seu corpo. A criança começa a reconhecer seu corpo nas denominações que escuta da mãe, a reconhecer seu nome nos lábios e no tom da voz que ouve, a reconhecer suas emoções e seus estados internos nas descrições realizadas por ela.

As primeiras palavras que ouve, aquelas proferidas por alguém que a ama, são as mais autorizadas para falar dela e com ela, para dar-lhe forma, para fazê-la, progressivamente tomar consciência de si, indo ao encontro de sua percepção interna, dando uma “forma plástica ao infinito ‘caos movediço’ das necessidades em que se encontra” (Bakhtin, 1997, p. 68). Com seu tom emotivo-volitivo, as palavras da mãe são determinantes para a revelação da criança: ela começa a se ver pelos olhos da mãe, ela começa a falar no tom usado pela mãe, empregando os hipocorísticos que escuta dela: “babá”, “naninha”, “dodói”. Uma forma hipocorística só pode ser empregada com referência ao outro, porque expressa a relação real (ou desejada) desse outro com seu interlocutor (op.cit., p. 68). A partir daí, a marca do outro (primeiro) estará presente ao longo de toda a vida, marca que aparecerá predominantemente em seu discurso (inicialmente na palavra da criança e, posteriormente, na palavra do adulto).

O outro, em Bakhtin, é identificado em duas situações: tanto como aquele que, num tom emotivo-volitivo, fornece ao sujeito uma imagem acabada e completa de seu aspecto exterior, como aquele que lhe dirige a palavra, iniciando e desenvolvendo, em conjunto com ele, um diálogo atual e concreto. Mas, ao mesmo tempo Bakhtin (1999) vai conceber o que ele chama o “discurso de outrem”, referido à enunciação de “outros” que aparece na enunciação do falante, que jamais poderá falar a partir exclusivamente de si mesmo, tendo que recorrer sempre ao discurso antes proferido.

O outrem é, portanto, identificado como o portador de um discurso que é apropriado e atualizado por um determinado falante, numa dada situação. A partir daí, o discurso é visto como uma construção dialógica, organizado simultaneamente em dois níveis: um nível dialógico composicional e um nível dialógico interno. A dialogicidade composicional do discurso deve-se ao fato de que falante e ouvinte compõem um diálogo com suas respectivas enunciações, constituído pela alternância de turnos de fala, desenvolvendo assim uma (inter)relação que os torna interlocutores de um evento discursivo. Assim, toda palavra comporta duas faces: ela procede de alguém e se dirige a alguém. Orientando-se em função do interlocutor, a palavra torna-se o produto da interação entre falante e ouvinte, que se definem, um em relação ao outro, justamente pelo uso da palavra.

A dialogicidade interna do discurso diz respeito ao plurilingüismo presente nas enunciações proferidas, plurilingüismo que se manifesta nas diversas vozes presentes nas palavras do falante, identificadas em seu conjunto como o discurso de outrem. Logo, o discurso de outrem é o “discurso no discurso, a enunciação na enunciação”, e, ao mesmo tempo, “um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação”, podendo participar como uma unidade integral da construção discursiva do falante (Bakhtin, 1999:144). Isso ocorre porque a enunciação íntegra, na sua composição, uma outra enunciação, para tanto adaptada pelo falante, tanto sintática, estilística, como composicionalmente. A palavra de outrem, assim integrada, não se dilui, sendo possível localizar o seu conteúdo semântico e sua estrutura, o que permite não apenas a sua identificação, mas a verificação de uma relação ativa entre as duas enunciações.

**O discurso alheio encontra-se tanto no objeto como na resposta, sentença Bakhtin.** Considerando que o objeto para o qual se volta o discurso concreto nunca é um objeto sobre o qual nunca se falou, o discurso de outrem sobre ele revela-se o orientador da enunciação. Todo objeto é já desacreditado, contestado, avaliado, iluminado (pelo discurso de outrem). Os discursos de outrem já falaram sobre ele. **O discurso também se orienta pela resposta,** uma vez que, ao mesmo tempo que a provoca, presente-a e baseia-se nela. Presente-a na medida em que, estando o discurso baseado no já-dito (por outrem), aguarda a resposta ainda não dita mas já esperada (do outro). “**Assim é todo diálogo vivo**”, conclui Bakhtin (1998, p. 86 e 89). Por isso, é possível à mãe falar pelo bebê, responder por ele, compor um diálogo com ele fazendo-o seu interlocutor.

Julga Bakhtin que ser ouvinte é responder e replicar de maneira ativa, ou seja, o ouvinte não é aquele que compreende passivamente, mas que percebe o discurso como oposição ou reforço, para, dessa forma, enriquecê-lo. Existe uma diferença entre compreender passivamente o discurso, o significado neutro da enunciação, no plano da língua geral, e compreender o seu sentido atual, produzido pelo conjunto das enunciações que tratam do mesmo tema (contraditórias, confirmadoras, retificadoras). **A resposta torna-se o princípio ativo da compreensão dinâmica, interessada e concreta**, de modo a fundirem-se uma na outra (resposta e compreensão ativa), dialética e reciprocamente. É justamente dessa forma que se produzem as interações entre falante e ouvinte: através da **resposta ativa**.

Um recorte do registro da observação de uma díade mãe-bebê pode explicitar a função do ouvinte e da resposta ativa na construção da interação (no caso, da interação mãe-bebê). Os turnos de fala a seguir descritos foram observados entre uma mãe e seu bebê, ele com a idade de três meses e catorze dias: tendo espontaneamente interrompido a tomada da mamadeira, a criança continua na mesma posição, olhando o rosto da mãe, que também a olha (Ferreira, 1990):

Turno 25 – Bebê: (produz uma vocalização)

Turno 26 – Mãe: sim mamãe sim\

Turno 27 – Bebê: (uma vocalização)

Turno 28 – Mãe: sim mamãe sim\ sim mamãezinha sim\

Turno 29 – Bebê: (produz duas vocalizações)

Turno 30 – Mãe: é mamãe\ é\ diga pra mamãe\ conte pra mamãezinha\ conte\

Turno 31 – Bebê: (duas vocalizações)

Turno 32 – Mãe: conte\ (rindo) conte\

A análise dessas seqüências possibilita afirmar que o ouvinte tem “uma compreensão ativa” do discurso do falante, tendo em vista que cada resposta oferecida por um dos participantes da díade provoca uma nova “enunciação”, e que o aparecimento de um novo turno de fala concorre para a construção do “diálogo” (da interação), enriquecido progressivamente à medida que uma nova resposta (ativa) é apresentada. Parece que esse

evento interativo, além de possuir em sua composição elementos que o levam a ser identificado como um “diálogo vivo” (alternância de falantes e sucessivos turnos de fala), possui também o tipo de dialogicidade interna a que se refere Bakhtin, caracterizada pela presença do discurso de outrem. Se nos detivermos nos enunciados correspondentes aos turnos 30 e 32, podemos supor que a mãe atribui ao bebê um conhecimento a respeito de um determinado evento (objeto), que ela solicita que ele narre (“conte\ conte”). Como todo objeto de alguma forma já foi alvo de uma “narrativa”, transmitida com elementos do discurso de outrem, o que a mãe (imaginariamente) deseja do filho não poderia ser nada que estivesse fora do campo desse discurso. É por isso que ela pode atribuir-lhe um conhecimento e uma possibilidade de resposta ativa.

A compreensão do significado lingüístico é um momento abstrato, que nada traz de novo, que, no máximo, afirma Bakhtin, visa a reprodução completa daquilo que foi dado de antemão. Desse modo, o falante permanece em seu próprio círculo, sem sair dos seus limites. Poderíamos supor que o mesmo pode ocorrer com o ouvinte passivo, suposição que viabilizaria a hipótese de que não haveria nesse tipo de ouvinte o plurilingüismo próprio do discurso de outrem, ou, dito de outro modo, não haveria discurso de outrem nesse ouvinte. Nessa linha de pensamento, o autista poderia ser visto como um ouvinte passivo que não apresenta réplica, seja para concordar, discordar, acrescentar, etc.

O plurilingüismo do discurso de outrem é dado ao locutor pelo ouvinte, tendo em vista que o discurso de outrem (os multidiscursos) se concentra nele, como se o ouvinte fosse “preche de respostas e objeções” (Bakhtin, 1998, p. 90). Possivelmente, é assim que a mãe, fazendo do bebê seu ouvinte, supõe nele um saber discursivo vindo de outrem, ainda que se trate de uma atribuição que tem origem nela mesma.

As idéias de Bakhtin permitem pensar questões como a inexistência, no autista, de uma dialogicidade composicional discursiva, o que seria resultado da não operacionalidade da função do outro; não se constituindo a dialogicidade composicional, a dialogicidade interna, conseqüentemente, ficaria impossibilitada de emergir.

Vejamos, através do caso de uma criança autista, como essas concepções podem ser discutidas. Nossas observações e análises nas relações de João, nove anos de idade, com as pessoas do seu cotidiano, se conduziram pelo conjunto das relações da criança com o outro,

partindo do que Berquez (1983) chama de matriz relacional (sistema de relações entre a criança e o mundo).

João, diagnosticado como autista, revela estar socialmente situado ao oferecer sinais de regressão ou mudanças de comportamento diante de alterações observadas no seu ambiente familiar (conflitos familiares, perdas significativas). As reações às mudanças de rotina, se por um lado marcam uma dificuldade do autista para se adaptar a novas situações, por outro lado apontam em João uma atenção continuada sobre o seu entorno e uma sensibilidade tal que o torna suscetível de ser atingido pelas mudanças, o que destrói o mito de acentuada indiferença atribuída ao autista.

É possivelmente essa crença (“pré-conceito”) que cria a expectativa de que o autista não é responsivo e fomenta as chamadas relações autísticas a que se refere Berquez (1983): se o autista não é interativo, age-se com ele de modo não interativo. A não interatividade pode ser vislumbrada na série de ações autônomas desenvolvidas por João nos eventos observados, tanto quanto pela freqüente descontinuidade das ações participativas, quase sempre assinaladas por proibições.

Tendo em vista que a proibição, à luz da Análise Conversacional, se caracteriza por uma realização composta por um único par de turno de fala (ordem e execução da ordem), dada a ordem e executada a ação determinada, e não sendo introduzidos novos tópicos para a conversação, a atividade participativa é descontinuada. Como um dos aspectos que se destaca na trajetória de João é o fato de ele estar sempre marcado por proibições, negações e recuos (em casa, na escola, na clínica), a interação entre ele e o outro em geral não vai além do primeiro par de turno de fala.

As relações iniciadas por João também são formadas por um único par: pedido/resposta. A interrupção da relação se dá quando a resposta ao seu pedido (afirmativa ou negativa) lhe é apresentada. Pensamos, como Mondada (2000), que a Análise Conversacional não formula seus objetos em termos de unidades lingüísticas, mas em termos de atividades sociais. E, neste caso, a descontinuidade impede ações significativas encadeadas.

A inexistência de seguimento das ações participativas acarreta implicações importantes: (1) nem sempre é possível vislumbrar as intenções das ações autônomas desenvolvidas por João, já que é a co-participação que torna identificável os objetivos das

ações; (2) falta de condições para a reversibilidade de papéis, uma vez que somente a ação participativa continuada pode propiciá-las.

A reversibilidade de papéis, em sua realização concreta ou através da atribuição materna durante as protoconversações, é condição para a construção dialógica em seu nível composicional. Como a ação autônoma e a ação participativa descontinuada implicam a não inclusão ou retirada do outro do sistema de relações, a formação da imagem externa da criança é problematizada e a composição da construção dialógica comprometida (Bakhtin, 1997).

Por outro lado, a descontinuidade inviabiliza que o conjunto da linguagem se torne autônomo em relação aos fatos aos quais inicialmente se articula. Como indica Tomasello (2000), para a criança aprender a usar os símbolos lingüísticos na maneira convencional de seu grupo social, a atividade básica de comunicação deve estar presente desde o início: o conjunto variado de atividades e atenção conjunta, do qual a criança (na fase pré-lingüística) e o adulto participam. No entanto, destaca Tomasello, as cenas de atenção conjunta devem ter uma duração razoavelmente longa. Ora, é justamente o prolongamento das atividades desenvolvidas em conjunto que vai determinar o desdobramento das interações, dos turnos de fala e a reversibilidade de papéis.

J. Lacan (1995:68) indica que é necessário introduzir na experiência da criança o par de opostos presença-ausência **agrupado em série**. A criança, para aceder à fala, deve ser situada entre a noção de um agente (a mãe ou o outro), que já participa da ordem do simbólico, e o par de opostos presença-ausência, que, por oferecer a conotação mais-menos, proporciona o primeiro elemento de uma ordem simbólica. Mas este elemento por si só não basta para constituí-la, já que é necessário, em seguida, uma série agrupada. Em João, a ocorrência continuada de quebras das interações impede a seqüência do par de opostos presença-ausência.

Mesmo diante do lactente há expectativa de resposta, de interatividade dialógica (Ferreira, 1990). Por isso, a mãe fala com o bebê, embora ele seja um *infans*. Empregando ou não uma fala modificada, ela se dirige ao filho pequeno pelo fato mesmo de sua presença convocá-la a intentar uma interação, que só pode ocorrer pela intermediação da linguagem, única possibilidade de humanização do encontro entre os dois.

Ao que indicam os elementos constitutivos da narrativa da história de João, não havia protoconversações entre ele e sua mãe ou outro cuidador da criança. Raquel recorda que, na época do nascimento do seu terceiro filho, ela não conversava. Lembra também de não ter ninado João, que, por sua vez, não balbuciava. Sabemos como o balbucio e as vocalizações são costumeiramente utilizados como tópicos de protoconversações e como podem estimular jogos de linguagem entre mãe e bebê, durante os quais o manhês se destaca como elemento excitador da interação e de sua continuidade.

Vimos também que a reversibilidade de papéis faz sua estréia (para a criança) nesses jogos preliminares, seja através da resposta ativa do bebê (por intermédio de choro, grito, movimentos, fixação do olhar no rosto materno, procura do olhar materno, mudanças posturais, interesse pela voz materna, etc.), seja através da atribuição, pela mãe, de “turnos de fala” ao lactente. Ora, é com a reversibilidade de papéis que são instituídos os lugares de falante e ouvinte e tem início a possibilidade de constituição subjetiva.

Ser ouvinte é responder e replicar de maneira ativa, perceber o discurso como oposição ou reforço para, desse modo, enriquecê-lo. A resposta ativa é o princípio da compreensão dinâmica, interessada e concreta, única capaz de produzir o “diálogo vivo” (Bakhtin, 1999).

## **Bibliografia**

BAKHTIN, Mikail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

\_\_\_\_\_. *Questões de Literatura e de Estética: A teoria do romance*. São Paulo: UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

FERREIRA, Severina Maria Oliveira. *A interação mãe-bebê: primeiros passos*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 1990.

\_\_\_\_\_. *João, uma criança com olhar de estrela – o autismo: um estudo de caso*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 4, A relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

\_\_\_\_\_. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

TOMASELLO, Michael. *The cultural origins of human cognition*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.



---

Nota: Trabalho apresentado no 7º Encontro Nacional sobre Aquisição de Linguagem – ENEAL, PUCRS, 09 a 11.10.2006.